

RECURSO ESPECIAL Nº 1.793.219 - RJ (2019/0017393-3)

RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO
RECORRENTE : AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A
ADVOGADO : ALAN BAUMGRATZ ANDRINO E OUTRO(S) - RJ112382
RECORRIDO : PHILIPPE VELASCO DA LUZ - INTERDITO
REPR. POR : SALDES CARDOSO DA LUZ - CURADOR
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
INTERES. : JORGE JABER CLINICA DE PSICOTERAPIA LTDA
ADVOGADO : JOÃO CARLOS ALVES MASSA E OUTRO(S) - RJ046538

EMENTA

CIVIL. RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO NA VIGÊNCIA DO NCPC.** CONTRATO DE PLANO DE SAÚDE. (1) E (2) COPARTICIPAÇÃO DE CUSTEIO APÓS DETERMINADO PERÍODO DE INTERNAÇÃO. VIABILIDADE DA DISPOSIÇÃO. PRECEDENTES. (3) DANOS MORAIS RESULTANTES DA ENTÃO INVALIDADE DA CLÁUSULA. ORIENTAÇÃO NO SENTIDO DE LEGALIDADE DA PREVISÃO CONTRATUAL. AFASTAMENTO DA CONDENAÇÃO A REPARAR A LESÃO. PRECEDENTES. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

DECISÃO

PHILIPPE VELASCO DA LUZ (PHILIPPE) ajuizou ação de obrigação de fazer em desfavor de AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S/A (AMIL) e de JORGE JABER CLÍNICA DE PSICOTERAPIA LTDA. (CLÍNICA), cujos pedidos foram julgados procedentes para confirmar a decisão antecipatória e, em complemento, esclarecer que a internação psiquiátrica do autor dar-se-á por tempo indeterminado, estendendo-se até o restabelecimento de sua saúde, mediante alta médica, bem como declarar a nulidade de cláusula contratual que estabelece a cobrança de coparticipação do segurado após 15 (quinze) dias de internação por ano e condenar a parte ré, solidariamente, ao pagamento, a título de indenização por danos morais, da quantia de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), em favor do autor, corrigida em conformidade com os índices do TJERJ e acrescida de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês a partir da publicação da sentença (e-STJ, fls. 199/202).

Irresignadas, AMIL, de um lado, e CLÍNICA, de outro, interpuseram apelações, tendo sido a daquela desprovida e a desta provida em parte pelo Tribunal de origem em acórdão assim ementado:

Responsabilidade Civil. Plano de Saúde. Ação de conhecimento

objetivando compelir a parte ré a custear integralmente a internação recomendada ao Autor, dependente químico, em clínica especializada para seu tratamento, com pedido cumulado de indenização por dano moral. Procedência do pedido, declarada a nulidade da cláusula contratual que estipula a coparticipação beneficiário do plano de saúde após 30 dias da internação para tratamento psiquiátrico, condenados os Réus (plano de saúde e clínica), solidariamente, ao pagamento de indenização por dano moral de R\$5.000,00. Apelação de ambos os Réus. Relação de consumo. Declaração médica que comprovou o estado clínico do Autor, portador de transtornos mentais e comportamentais por uso de cocaína, e a necessidade da manutenção de sua internação, em razão de elevado risco de recaída e de morte. Cláusulas limitativas de prazo da internação com custeio integral, previstas no contrato firmado entre as partes, que são abusivas, devendo ser afastada a interpretação restritiva e desfavorável ao consumidor. Abusividade que não se traduz pela presença de cláusulas restritivas no contrato de plano de saúde, mas sim, pela limitação indevida de riscos, que vai de encontro ao próprio objeto do contrato que é a prestação de serviços de saúde. Precedentes do TJRJ. Dano moral configurado. Quantum da indenização arbitrado com observância dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. Condenação ao pagamento de indenização por dano moral que deve ficar restrita ao plano de saúde por não se vislumbrar, neste caso, repercussão extrapatrimonial da clínica conveniada para o paciente. Precedente STJ. Desprovimento da primeira apelação e provimento parcial da segunda apelação. (e-STJ, fls. 261/262).

Inconformada, AMIL interpôs recurso especial com fundamento nas alíneas *a* do permissivo constitucional, apontando a violação dos seguintes dispositivos: **(1)** art. 16, VIII, da Lei 9.656/98, por considerar que a operadora não pode ser compelida a custear todo o tratamento do recorrido em sistema de internação em tempo integral enquanto a lei permite expressamente a inclusão de cláusula de coparticipação do segurado para arcar com tais despesas; **(2)** arts. 51, IV, § 1º, II, e 54, §§ 3º e 4º, do CDCI, por aduzir que é legal a cláusula e a restrição existente nos contratos privados de assistência à saúde a fim de assegurar o equilíbrio econômico-financeiro das avenças, sendo esta a justificativa para as operadoras de saúde oferecerem diferentes produtos, com coberturas e preços diferentes para melhor se adequar ao perfil dos clientes, não havendo abusividades na circunstância de repartir com o beneficiário os custos da internação, o que não deve ser confundido com limitação ao tratamento; e **(3)** arts. 186, 188, I, e 944 do Código Civil, ao argumento de que a recorrente não teria praticado qualquer conduta ilícita e jamais teria indeferido ou limitado qualquer tratamento

necessário para curar a enfermidade de que foi acometido o recorrido, tendo se restringido a exercer seu direito e a observar cláusula contratual que prevê a coparticipação, de modo que seria indevida a condenação ao pagamento de danos morais.

Em juízo de admissibilidade, a Terceira Vice-Presidência do Tribunal estadual admitiu o apelo nobre (e-STJ, fls. 317/320).

É o relatório.

DECIDO.

O inconformismo merece prosperar.

De plano, vale pontuar que o presente recurso especial foi interposto contra decisão publicada na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

(1) e (2) Coparticipação do segurado após lapso de internação

No que se refere à legalidade da coparticipação do segurado nos custos posteriores ao trigésimo dia de internação do paciente, verifica-se que o aresto recorrido está em desconformidade com a jurisprudência desta Corte que reconhece a viabilidade da disposição que prevê o compartilhamento das despesas entre a prestadora de assistência médica e o paciente, nos termos das seguintes ementas:

DIREITO CIVIL E DIREITO DO CONSUMIDOR. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS. PLANO DE SAÚDE. CLÁUSULA DE COPARTICIPAÇÃO. TRATAMENTO PSIQUIÁTRICO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. LEI 9.656/98. POSSIBILIDADE. PREVISÃO CONTRATUAL EXPRESSA.

1. Ação de obrigação de fazer cumulada com compensação por dano moral e indenização por dano material ajuizada em 27.12.2012. Recurso especial atribuído ao gabinete em 25.08.2016. Julgamento: CPC/73.

2. O propósito recursal é aferir a abusividade de cláusula em contrato de assistência médica, que impõe coparticipação do contratante, após o período de 30 (trinta) dias, à razão de 50% (cinquenta por cento) do valor das despesas hospitalares e honorários médicos de internação para tratamento psiquiátrico.

3. Ausente o vício do art. 535, II do CPC/73, rejeitam-se os embargos de declaração.

4. A lei especial que regulamenta a prestação dos serviços de saúde autoriza, expressamente, a possibilidade de coparticipação do contratante em despesas médicas específicas, desde que figure, de forma clara e expressa, a obrigação para o consumidor no contrato. 5. Na hipótese, a coparticipação foi utilizada para redimensionar, contratualmente, "a franquia, os limites financeiros ou o percentual de coparticipação do consumidor ou beneficiário", prevista para as despesas com tratamento psiquiátrico na apólice de seguro saúde escolhida pelo recorrido.

6. O acórdão recorrido diverge do entendimento deste órgão julgador, no sentido de que "não é abusiva a cláusula de coparticipação expressamente contratada e informada ao consumidor, para a hipótese de internação superior a 30 (trinta) dias decorrentes de transtornos psiquiátricos, pois destinada à manutenção do equilíbrio entre as prestações e contraprestações que envolvem a gestão dos custos dos contratos de planos de saúde". Precedentes.

7. Afastada, na hipótese, a abusividade da cláusula que estabelece a coparticipação do recorrido quando necessária internação hospitalar para tratamento psiquiátrico por período superior a trinta dias por ano contratual, impõe-se o reconhecimento da improcedência da condenação da recorrida em indenizar danos materiais e compensar danos morais.

8. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, provido para declarar a validade da cláusula de coparticipação estipulada para internações superiores a 30 (trinta) dias, decorrentes de transtornos psiquiátricos, e para afastar a condenação da recorrente ao pagamento de indenização por danos materiais e compensação por danos morais.

(REsp 1.667.946/RJ, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, j. 18/05/2017, DJe 26/05/2017)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PLANO DE SAÚDE. SISTEMA DE COPARTICIPAÇÃO. PREVISÃO CONTRATUAL CLARA E EXPRESSA. ABUSIVIDADE. INEXISTÊNCIA. AGRAVO DESPROVIDO.

1. Atendido o direito de informação, mediante a redação de forma clara e expressa da cláusula limitativa, bem como mantido o equilíbrio das prestações e contraprestações, não há que se cogitar de abusividade da cláusula contratual que estabelece a coparticipação do consumidor após o trigésimo dia de internação. Precedente.

2. Agravo interno desprovido.

(AgInt no REsp 1.617.669/DF, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, j. 22/11/2016, DJe 25/11/2016)

(3) Dos danos morais

AMIL sustentou que não teria praticado qualquer conduta ilícita e jamais teria indeferido ou limitado qualquer tratamento necessário para curar a enfermidade de que foi acometido o recorrido, tendo se restringido a exercer seu direito e a observar cláusula contratual que prevê a coparticipação no custeio das despesas com internação após determinado lapso previsto no contrato, de modo que seria indevida a condenação ao pagamento de danos morais.

Na hipótese dos autos, tendo por pressuposto a legalidade da coparticipação do segurado nos custos posteriores ao trigésimo dia de internação do paciente, conforme decidido na presente, verifica-se que o aresto recorrido está em desconformidade com a jurisprudência desta Corte, que possui precedentes no sentido de que a pretensão de reparação de danos morais advindos da observância de disposição contratual válida deve ser rejeitada, conforme as ementas adiante reproduzidas:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZATÓRIA. PLANO DE SAÚDE. TRATAMENTO PSIQUIÁTRICO. INTERNAÇÃO SUPERIOR A TRINTA DIAS. COPARTICIPAÇÃO. VALIDADE. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Esta Corte possui entendimento no sentido de que não é abusiva a cláusula contratual que prevê a coparticipação expressamente contratada e informada ao consumidor para a hipótese de internação psiquiátrica superior a 30 dias, a fim de que haja equilíbrio entre as prestações e contraprestações. Precedentes.

2. Inexiste discussão nos autos concernente à existência de cláusula contratual limitativa da cobertura, nem a respeito de sua interpretação. Debate-se, tão somente, o efeito jurídico dela desinente, ou seja, se resulta em limitação da internação no tempo e, consequentemente, em abusividade, como concluiu a Corte a quo.

3. Por conseguinte, sendo lícita a coparticipação em comento, necessário também o afastamento da condenação da insurgente ao pagamento de indenização a título de dano moral e material.

4 - Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1067523/DF, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), Quarta Turma, j. 25/09/2018, DJe 02/10/2018)

DIREITO CIVIL E DIREITO DO CONSUMIDOR. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS. PLANO DE SAÚDE. CLÁUSULA DE

COPARTICIPAÇÃO. TRATAMENTO PSIQUIÁTRICO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. LEI 9.656/98. POSSIBILIDADE. PREVISÃO CONTRATUAL EXPRESSA.

1. Ação de obrigação de fazer cumulada com compensação por dano moral e indenização por dano material ajuizada em 27.12.2012.

Recurso especial atribuído ao gabinete em 25.08.2016. Julgamento: CPC/73.

2. O propósito recursal é aferir a abusividade de cláusula em contrato de assistência médica, que impõe coparticipação do contratante, após o período de 30 (trinta) dias, à razão de 50% (cinquenta por cento) do valor das despesas hospitalares e honorários médicos de internação para tratamento psiquiátrico.

3. Ausente o vício do art. 535, II do CPC/73, rejeitam-se os embargos de declaração.

4. A lei especial que regulamenta a prestação dos serviços de saúde autoriza, expressamente, a possibilidade de coparticipação do contratante em despesas médicas específicas, desde que figure, de forma clara e expressa, a obrigação para o consumidor no contrato.

5. Na hipótese, a coparticipação foi utilizada para redimensionar, contratualmente, "a franquia, os limites financeiros ou o percentual de coparticipação do consumidor ou beneficiário", prevista para as despesas com tratamento psiquiátrico na apólice de seguro saúde escolhida pelo recorrido. 6. O acórdão recorrido diverge do entendimento deste órgão julgador, no sentido de que "não é abusiva a cláusula de coparticipação expressamente contratada e informada ao consumidor, para a hipótese de internação superior a 30 (trinta) dias decorrentes de transtornos psiquiátricos, pois destinada à manutenção do equilíbrio entre as prestações e contraprestações que envolvem a gestão dos custos dos contratos de planos de saúde".

Precedentes.

7. Afastada, na hipótese, a abusividade da cláusula que estabelece a coparticipação do recorrido quando necessária internação hospitalar para tratamento psiquiátrico por período superior a trinta dias por ano contratual, impõe-se o reconhecimento da improcedência da condenação da recorrida em indenizar danos materiais e compensar danos morais.

8. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, provido para declarar a validade da cláusula de coparticipação estipulada para internações superiores a 30 (trinta) dias, decorrentes de transtornos psiquiátricos, e para afastar a condenação da recorrente ao pagamento de indenização por danos materiais e compensação por danos morais.

(REsp 1667946/RJ, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Terceira Turma, j. 18/05/2017, DJe 26/05/2017)

Nessas condições, **DOU PROVIMENTO** ao recurso especial a fim de reconhecer a validade da disposição de coparticipação entre as partes prevista para interações superiores ao prazo previsto em contrato e rejeitar a pretensão de reparação dos respectivos danos morais. Determino a inversão dos ônus de sucumbência, observada a concessão do benefício da justiça gratuita.

Adverta-se que eventual recurso interposto contra esta decisão estará sujeito às normas do NCPC, inclusive no que tange ao cabimento de multa (arts. 1.021, § 4º e 1.026, § 2º).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 04 de fevereiro de 2019.



Ministro MOURA RIBEIRO

Relator